

O cenário legislativo está em constante movimento — e acompanhar os projetos de lei que impactam diretamente nossos associados é parte essencial do compromisso institucional da AMBEP.

Neste Informativo Parlamentar, trazemos uma atualização objetiva sobre alguns dos principais projetos de lei que a AMBEP acompanha de perto. Nosso objetivo é manter você bem informado sobre os avanços, debates e possíveis desdobramentos dessas matérias, reforçando a transparência e o papel ativo da Associação na defesa dos seus interesses.

Seguimos atentos, atuantes e comprometidos com aquilo que é prioridade para você.

Acompanhamento Legislativo | Abril de 2026

A AMBEP segue acompanhando, de forma permanente, a tramitação de proposições legislativas de interesse dos participantes e assistidos das entidades fechadas de previdência complementar, bem como matérias relacionadas à previdência social e à governança dos fundos de pensão.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

◆ PLP nº 42/2023

Ementa: Regulamenta o art. 201, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, tratando de requisitos diferenciados para aposentadoria no RGPS em atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde.

Autor: Dep. Alberto Fraga (PL/DF)

Situação Atual: Foi apresentado novo parecer da relatora, Deputada Erika Kokay (PT/DF), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), concluindo que a matéria não gera impacto financeiro ou orçamentário, não acarretando aumento ou redução de receitas ou despesas públicas.

Resumo:

Esse projeto trata da aposentadoria especial para trabalhadores que atuam em atividades que fazem mal à saúde. A Comissão entendeu que o texto não traz custo adicional ao governo, o que permite que a proposta continue tramitando sem obstáculos financeiros.



◆ PL nº 3.346/2025

Ementa: Institui o Dia Nacional da Previdência Complementar, a ser celebrado anualmente em 16 de abril.

Autor: Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Tramitação: Em 28/04/2026, foi aprovado o parecer da relatora, Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), reconhecendo a constitucionalidade e a boa técnica legislativa da proposta.

✓ **Resumo:**

O projeto cria uma data oficial no calendário nacional para valorizar e divulgar a previdência complementar. A proposta avançou ao ser considerada correta do ponto de vista jurídico, aproximando-se das próximas fases de tramitação.

◆ **PL nº 237/2026**

Ementa: Altera a Lei nº 14.905/2024 para estabelecer que o Decreto nº 22.626/1933 (Lei da Usura) não se aplica às obrigações contraídas junto às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Autor: Dep. Tadeu Veneri (PT/PR)

Situação Atual: Foi apresentado parecer favorável da relatora, Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), com emenda.

✓ **Resumo:**

O projeto busca afastar dúvidas jurídicas sobre a aplicação da Lei da Usura nos fundos de pensão, reforçando a segurança jurídica das entidades fechadas de previdência complementar. A Comissão aprovou o encaminhamento favorável.

SENADO FEDERAL

◆ **PLP nº 87/2026**

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 108/2001 para exigir aprovação da maioria absoluta do conselho deliberativo em investimentos que representem 5% ou mais dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

Autor: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Tramitação: A matéria foi encaminhada para análise na CAE e na CAS, estando atualmente aguardando designação de relator na CAE.

✓ **Resumo:**

O projeto aumenta o nível de controle sobre grandes investimentos feitos pelos fundos de pensão, exigindo que decisões mais relevantes tenham o aval da maioria do conselho deliberativo.



◆ **PL nº 541/2022**

Ementa: Permite ao participante de previdência privada mudar o regime de tributação (de progressivo para regressivo) a qualquer tempo.

Autor: Senador Reguffe (PODEMOS/DF)

Situação Atual: A matéria está aguardando designação de novo relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), após a saída da Senadora Jussara Lima (PSD/PI) da Comissão.

✓ **Resumo:**

O projeto dá mais liberdade de escolha ao participante, permitindo que ele mude a forma de cobrança do Imposto de Renda ao longo do tempo, conforme sua realidade financeira.

ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL – AMBEP

A AMBEP acompanha atentamente a evolução dessas proposições, avaliando seus impactos sobre:

- Os direitos dos participantes e assistidos;
- A governança dos fundos de pensão;
- A segurança jurídica e a sustentabilidade da previdência complementar fechada.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e acesse as principais notícias e Canais de Comunicação da AMBEP!

